

Brasil soberano é terra indígena demarcada e protegida

Reivindicações do ATL 2026 ao Poder Executivo

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) dirige esta carta ao Poder Executivo no contexto do Acampamento Terra Livre (ATL) 2026, sob o lema **“Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós”**, para apresentar um balanço político do atual ciclo de governo e reafirmar as expectativas do movimento indígena para o período que resta desta gestão e para sua continuidade. Escrevemos a partir da mobilização que ocupa Brasília anualmente desde 2004 para disputar os rumos do país e do compromisso histórico dos povos indígenas com a democracia, a Constituição Federal e a defesa dos nossos povos e territórios. O atual governo também foi construído com apoio, presença, incidência e aposta política do movimento indígena, diante da necessidade de derrotar um projeto de morte alavancado pela extrema-direita e reconstruir condições de institucionalidade e democracia.

É preciso reconhecer que houve mudanças importantes neste período. A criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a nomeação de lideranças indígenas para presidir a FUNAI e a Secretaria da SESAI, a retomada da demarcação de terras indígenas, a reabertura de espaços de diálogo, a reorganização de políticas desmontadas e a maior visibilidade da pauta indígena no Executivo federal expressam avanços concretos. Essas conquistas em um contexto adverso, marcam uma inflexão em relação ao ciclo anterior de destruição aberta.

Reconhecemos avanços, mas eles ainda não respondem à urgência histórica nem à dívida do Estado brasileiro com os nossos povos. O atual governo se organiza como uma coalizão ampla, que reúne diferentes forças políticas, incluindo setores do agronegócio que seguem impulsionando uma agenda anti-indígena. Esse cenário se reflete no ritmo lento das demarcações, muito aquém das promessas feitas em campanha eleitoral e da expectativa dos povos. Cenário traduzido no aumento de invasão dos territórios, violência e criminalização de povos, lideranças e organizações indígenas. Houve reconstrução de parte da institucionalidade e mudanças no discurso, mas a proteção concreta dos territórios e da vida dos povos indígenas ainda precisa ganhar consistência e continuidade.

Também persistem contradições graves na forma como o Executivo se relaciona com temas estratégicos. De um lado, o governo busca afirmar liderança climática e compromisso com a proteção ambiental. Mas contraditoriamente, cede à pressões para flexibilizar direitos, acelerar grandes empreendimentos e abrir novas frentes de exploração, como o petróleo na foz do Amazonas, além de tratar a transição energética como justificativa para repetir a velha lógica colonial de saque sobre os nossos territórios. Essa agenda permite que infraestrutura, mineração e agronegócio avancem sobre os povos indígenas sob nova linguagem, mantendo uma política neocolonial que aprofunda o genocídio e o ecocídio em nossos territórios e vidas. Uma política ambiental comprometida com o país deve colocar a demarcação das Terras Indígenas como meta climática central.

Esperamos que o Executivo atue com mais firmeza no enfrentamento da agenda anti-indígena que segue operando no Congresso Nacional e em outros espaços de poder. Não basta reconstruir por

dentro, se o governo vacila diante dos ataques que vêm de fora ou negocia em silêncio o que deveria defender publicamente. O último ano da gestão precisa marcar uma posição nítida em defesa do pacto constitucional de 1988, dos direitos originários e da proteção integral dos territórios indígenas. É hora de transformar ações dispersas em política estruturante.

Por isso, nossa expectativa não se encerra neste mandato. O que está em disputa para nós é a continuidade de um horizonte político em que os direitos indígenas tenham centralidade real. Se houver continuidade do atual campo político no próximo processo eleitoral, esperamos que ela venha acompanhada de aprofundamento, com mais institucionalidade, mais orçamento, mais presença territorial das políticas e mais respeito ao protagonismo indígena nos espaços de formulação, participação e controle social. Esperamos que o próximo ciclo consolide e amplie os avanços já iniciados, respondendo à altura das promessas assumidas, da confiança depositada e da força política que os povos indígenas colocaram nesse processo.

Reafirmamos, por fim, que nossos direitos não podem seguir submetidos à alternância de governos como se fossem programas opcionais. Demarcação, proteção territorial, consulta, saúde indígena, educação escolar indígena, memória, reparação, proteção dos povos isolados, cultura, saneamento e segurança não são favores, nem agendas de ocasião. São obrigações permanentes do Estado. Queremos que esse governo encerre seu mandato deixando um legado real: transformar a política indígena em política de Estado, com força normativa, orçamento, continuidade institucional e participação efetiva dos povos indígenas em sua governança.

Seguiremos mobilizados, pressionando e ocupando Brasília e os espaços de decisão do país, sempre que for preciso. O Estado brasileiro precisa escolher, todos os dias, se estará do lado da Constituição e da vida, ou dos interesses que avançam sobre os nossos territórios. E nós seguimos escolhendo permanecer em luta, por nossos povos, territórios, ancestrais, encantados e nosso futuro.

Diante disso, nossos povos exigem que o Poder Executivo assuma como política de Estado seis compromissos estruturantes:

1. **Demarcar, homologar, proteger e promover a desintrusão** dos territórios indígenas
2. Garantir os direitos de **consulta, participação e autodeterminação** dos povos em todas as decisões que nos afetem
3. Consolidar **estrutura institucional, orçamento e governança** permanente para as instituições envolvidas com a implementação dos direitos indígenas
4. Assegurar **proteção da vida, segurança e bem viver** dos povos indígenas nos seus territórios
5. Reconhecer os territórios indígenas como **eixo central da política climática** e vedar todas as formas de espoliação
6. Resguardar a **memória** e garantir a **reparação** aos povos indígenas como dever permanente do Estado

1. Demarcação e proteção integral dos territórios

Demandas para Presidência da República, MJSP, MPI, Funai, Casa Civil, MPO, MMA.

A terra precisa ser tratada como o **núcleo organizador da política indígena do Estado**. Sem demarcação, homologação, desintrusão e proteção territorial permanente, todo o restante perde sustentação.

O que exigimos

- **Publicação imediata** do decreto de homologação da Terra Indígena Xucuru Kariri (AL).
- **Publicação das portarias declaratórias pendentes**, especialmente das 12 Terras Indígenas já encaminhadas ao Ministério da Justiça.
- **Instituição de um Plano Nacional Permanente de Demarcação e Regularização Fundiária**, com metas, cronograma, orçamento e transparência ativa, abrangendo todos os biomas e regiões do país.
- **Garantia da posse plena e permanente** de todas as Terras Indígenas, articulando demarcação, desintrusão, fiscalização e proteção territorial.
- **Instituição de uma Política Nacional de Desintrusão de Terras Indígenas**, com regulamentação própria, orçamento e participação indígena em sua formulação e governança.
- **Implementação de um Plano Integrado de Proteção de Povos Isolados e de Recente Contato**, com demarcação, fiscalização, monitoramento e barreiras etnoambientais.
- **Criação do Parque Nacional dos Povos Indígenas de Tanaru**, em regime de dupla proteção e com protagonismo indígena na gestão.

2. Consulta, participação e autodeterminação

Demandas para Casa Civil, MPI, MJSP, AGU e todos os ministérios setoriais com incidência sobre territórios indígenas.

A relação entre Estado e povos indígenas não pode continuar baseada em tutela, escuta protocolar ou consulta esvaziada. O Executivo precisa reconhecer os povos indígenas como **sujeitos políticos com direito de decisão sobre o que os afeta**.

O que exigimos

- **Reconhecimento expresso da autoaplicabilidade da Convenção 169 da OIT**, especialmente dos artigos 6º e 7º.
- **Respeito integral aos protocolos autônomos de consulta** elaborados pelos povos indígenas.

- **Vedação de qualquer obra, empreendimento, programa, concessão, licenciamento ou medida administrativa apoiada pelo Executivo sem consulta livre, prévia e informada.**
- **Participação indígena efetiva na formulação, implementação, monitoramento e avaliação** de todas as políticas públicas que incidam sobre territórios, modos de vida e direitos dos povos indígenas.

3. Estrutura de Estado, orçamento e governança permanente

Demandas para MPO, Casa Civil, Ministério da Fazenda, MPI, Funai, Sesai, Secretaria de Relações Institucionais.

A política indígena não pode depender de vontade ocasional, conjuntura favorável ou presença de pessoas aliadas em cargos-chave. Ela precisa se afirmar como **política de Estado, com orçamento, institucionalidade e coordenação obrigatória.**

O que exigimos

- **Fortalecimento institucional do MPI, da Funai e da Sesai**, com orçamento robusto, equipes, estrutura territorial e capacidade operacional compatíveis com as obrigações da União.
- **Vinculação orçamentária plurianual** para políticas indígenas estratégicas, impedindo descontinuidade administrativa.
- **Criação de mecanismos permanentes de monitoramento, transparência e prestação de contas**, com participação das organizações indígenas.
- **Coordenação interministerial permanente**, sob liderança política da Casa Civil, para garantir a execução integrada das políticas indígenas.
- **Atuação coordenada do governo para interromper a agenda anti-indígena no Congresso**, com ação pública da Casa Civil, SRI e lideranças governistas.

4. Vida, segurança e bem viver nos territórios

Demandas para MJSP, MDHC, Sesai/MS, Ministério das Mulheres, SNJ/Secretaria-Geral, MEC, MPI, Casa Civil.

O Executivo precisa garantir **vida digna, proteção coletiva e condições reais de permanência e reprodução dos povos em seus territórios e contextos de vida.**

O que exigimos

- **Instituição de uma política permanente de segurança pública e proteção territorial específica para os povos indígenas**, culturalmente adequada e contínua, superando a lógica de operações episódicas.

- **Reestruturação efetiva do PPDDH** e criação de um **Protocolo Nacional de Proteção Coletiva Indígena** para comunidades e lideranças ameaçadas.
- **Investigação, responsabilização e interrupção das cadeias econômicas e políticas** que sustentam ameaças, ataques e assassinatos de lideranças indígenas.
- **Fortalecimento do Subsistema de Saúde Indígena**, com vedação à municipalização e perspectivas de privatização, com garantia de controle social efetivo.
- **Implementação efetiva do Programa Nacional de Saneamento Indígena**, com regulamentação final, orçamento robusto e execução territorial.
- **Reconhecimento e incorporação da medicina tradicional indígena** nas políticas públicas de saúde.
- **Criação de políticas específicas para mulheres indígenas**, com enfrentamento à violência e expansão das Casas da Mulheres Indígenas em todos os biomas.
- **Implementação de políticas para juventude indígena**, com permanência nos territórios, bolsas, saúde mental e participação institucional.
- **Políticas intersetoriais de proteção integral da população indígena LGBTQIA+**.
- **Políticas específicas para indígenas em contexto urbano**, enfrentando racismo, discriminação e vulnerabilidades.
- **Reconhecimento profissional de agentes indígenas** da saúde e do saneamento.

5. Clima, transição ecológica e vedação à espoliação

Demandas para MMA, Ministério da Fazenda, MPO, MPI, Casa Civil, MDS, MME, MRE.

O Executivo precisa assumir que **não existe política climática legítima, nem transição energética justa, se os territórios indígenas continuarem sendo tratados como fronteiras de sacrifício.**

O que exigimos

- **Assunção formal da demarcação e proteção das Terras Indígenas como meta climática estruturante da política climática brasileira**, no âmbito das NDC, Plano Clima e estratégias de mitigação e adaptação.
- **Inclusão prioritária dos territórios indígenas nas estratégias de adaptação climática**, com resposta às secas, segurança hídrica e tecnologias sociais de água.
- **Participação efetiva dos povos indígenas no Plano de Transformação Ecológica**, com consulta prévia e incorporação dos sistemas de conhecimento indígena.
- **Implementação da Convenção de Minamata**, com orçamento, participação indígena e recuperação integral de territórios contaminados por mercúrio.
- **Declaração das Terras Indígenas como zonas livres de agrotóxicos e transgênicos.**
- **Declaração das Terras Indígenas como territórios livres de mineração.**
- **Política de descarbonização da matriz energética com salvaguardas obrigatórias** para povos indígenas, incluindo consulta, EIA/RIMA, monitoramento e reparação integral.

- **Medidas para eliminar os impactos da cadeia de produção e comercialização de commodities sobre os territórios indígenas**, incluindo a rastreabilidade e a aplicabilidade de regulação internacional.

6. Memória, reparação e futuro dos povos

Demandas para MPI, Funai, MEC, MinC, Ministério das Cidades, Casa Civil, MDHC, MPO, Ministério da Fazenda.

A política indígena não pode se limitar a conter danos. Ela precisa garantir **continuidade histórica, memória, reparação e futuro para os povos**, com base em autonomia, educação própria, cultura viva e justiça histórica.

O que exigimos

- **Financiamento integral da PNGATI como política de Estado**, incluindo planos de gestão territorial e ambiental em todos os biomas, a partir de processos de consulta aos povos e organizações, e acesso direto a mecanismos de financiamento.
- **Garantia de acesso ao crédito, assistência técnica diferenciada e instrumentos financeiros desburocratizados** para fortalecer economias indígenas.
- **Criação de uma Secretaria Específica de Educação Escolar Indígena no MEC.**
- **Implementação da Universidade Indígena**, com gestão autônoma, currículo próprio e financiamento contínuo.
- **Ampliação da educação escolar indígena**, incluindo ensino médio, técnico, acesso e permanência no ensino superior e na pós-graduação.
- **Implementação de um Plano Nacional de Culturas Indígenas**, com foco em memória, reparação histórica, patrimônio, línguas, acervos, museus e proteção intelectual.
- **Adaptação e expansão do Minha Casa, Minha Vida para povos indígenas**, com moradia digna, sustentável e culturalmente adequada.
- **Institucionalização da Comissão Nacional Indígena da Verdade**, assegurando memória, verdade, reparação integral, não repetição e justiça para os povos indígenas, reconhecendo que as violações históricas e contemporâneas contra os povos indígenas exigem políticas permanentes de reparação, e não medidas episódicas.

Nosso futuro não está à venda. A resposta somos nós.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

KRETÃ KAINGANG

DINAMAM TUXÁ

KLEBER KARIPUNA

NORIVALDO MENDES

JOSÉ BENITES

VALCÉLIO TERENA

FABIANO DE LIMA
COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil